

A ATUAÇÃO FEMININA NOS CONFLITOS HÍDRICOS NO BRASIL

Heitor Gregório do Nascimento

Ensino Médio
Colégio de Aplicação PIO XII
m.antonio.n@gmail.com

Bruna A. Branchi

Desigualdades socioeconômicas e políticas públicas
Escola de Economia e Negócios
bruna.branchi@puc-campinas.edu.br

Resumo: Esta pesquisa analisou a atuação de mulheres brasileiras na liderança e na resistência a conflitos ambientais relacionados à água. O estudo foi realizado por meio de pesquisa documental, com organização quantitativa e análise qualitativa de casos registrados no Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, da Fundação Oswaldo Cruz. Entre os 694 conflitos disponíveis na base consultada, 29 envolviam mulheres e, entre estes, foram selecionados 23 que apresentavam impactos diretos sobre os recursos hídricos. Os casos foram classificados em três categorias: mulheres indígenas, pescadoras artesanais e mulheres afetadas por grandes obras hídricas. Foram identificadas 14 ocorrências envolvendo pescadoras, nove envolvendo mulheres indígenas e seis relacionadas a grandes obras hídricas. Como as categorias se sobrepõem, um mesmo conflito pode pertencer a mais de uma delas. Também foram analisados seis casos de lideranças femininas para identificar suas motivações, dificuldades e formas de resistência. Os resultados mostram que essas mulheres atuam por meio da organização comunitária, da participação em associações e comitês, da formação de redes, da elaboração de manifestos e da apresentação de denúncias e reivindicações às instituições públicas. Conclui-se que as mulheres não são somente afetadas pelos conflitos hídricos, mas desempenham papel ativo na defesa da água, dos territórios e dos modos de vida de suas comunidades.

Palavras-chave: Protagonismo feminino, conflitos hídricos, justiça ambiental.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas – Economia.

1. INTRODUÇÃO

A água é essencial para a vida, para a saúde e para as atividades econômicas das comunidades. Entretanto, sua disponibilidade e qualidade podem ser afetadas pela mineração, pelo garimpo, pela construção de barragens, pela expansão do agronegócio e por outras atividades realizadas nos territórios. Essas situações podem gerar conflitos ambientais quando diferentes grupos disputam o acesso, o uso e o controle dos recursos naturais. No Brasil, parte desses conflitos está documentada no Mapa de Conflitos: Injustiça

Ambiental e Saúde no Brasil, mantido pela Fundação Oswaldo Cruz [1].

Os impactos desses conflitos não atingem todas as pessoas da mesma maneira. A divisão social do trabalho atribuiu historicamente às mulheres muitas das responsabilidades relacionadas ao cuidado da família, à organização da vida doméstica e ao abastecimento de água [2]. Em comunidades que dependem diretamente dos rios, manguezais e outros ambientes aquáticos, as mulheres também desenvolvem atividades produtivas importantes. Apesar disso, seu trabalho e sua atuação na defesa da água e dos territórios nem sempre recebem o devido reconhecimento [3].

Mulheres indígenas, pescadoras artesanais e mulheres atingidas por barragens estão entre os grupos envolvidos em conflitos relacionados à água. A contaminação dos rios, a redução dos recursos pesqueiros, a perda de territórios e o deslocamento das comunidades afetam suas condições de vida, suas atividades econômicas e suas relações sociais. No caso das mulheres atingidas por barragens, os impactos podem incluir a perda de moradias e fontes de renda, além do enfraquecimento dos vínculos comunitários [4].

Diante desse contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar a atuação de mulheres brasileiras na liderança e na resistência a conflitos ambientais relacionados à água. O estudo procurou identificar os principais grupos envolvidos, documentar casos de lideranças femininas e compreender as estratégias utilizadas por essas mulheres na defesa da água, dos territórios e dos modos de vida de suas comunidades.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise documental, com organização quantitativa dos conflitos e análise qualitativa de casos. A principal fonte de dados foi o Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, da Fundação Oswaldo Cruz, consultado em julho de 2026 [1]. Inicialmente, foi aplicado o filtro “Mulheres”, que permitiu identificar 29 conflitos. Em seguida, foram selecionados 23 casos que apresentavam impactos diretos sobre os recursos hídricos, como poluição, contaminação, assoreamento, alteração do regime das águas ou degradação de ambientes aquáticos.

Os casos selecionados foram organizados em uma planilha e classificados em três categorias: mulheres indígenas, pescadoras artesanais e mulheres afetadas por grandes obras hídricas, como barragens, hidrelétricas e transposições de bacias. As categorias não foram consideradas excludentes, pois um mesmo conflito poderia envolver mais de um grupo. Para aprofundar a análise, foram escolhidos seis casos de lideranças femininas de diferentes regiões do Brasil. As informações foram complementadas com reportagens, artigos científicos e relatórios institucionais. A análise considerou os problemas ambientais, os grupos envolvidos, as motivações das lideranças, as estratégias de resistência, as dificuldades enfrentadas e os resultados alcançados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 29 conflitos que indicavam mulheres entre os grupos afetados, 23 apresentavam impactos diretos sobre os recursos hídricos. A classificação desses casos identificou 14 ocorrências envolvendo pescadoras, nove envolvendo mulheres indígenas e seis relacionadas a grandes obras hídricas, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição dos conflitos com impactos hídricos.

Categoria	Número de ocorrências
Pescadoras	14
Mulheres indígenas	9
Mulheres afetadas por grandes obras hídricas	6

Fonte: Elaboração própria com base no Mapa de Conflitos da Fiocruz [1].

As categorias se sobrepõem e, por isso, suas frequências não devem ser somadas. Nos seis conflitos relacionados a grandes obras hídricas, também estavam presentes mulheres indígenas ou pescadoras. Em quatro desses casos, as três categorias apareceram simultaneamente, indicando a existência de situações nas quais mulheres indígenas que desenvolvem atividades pesqueiras também são afetadas por barragens ou transposições de bacias.

A presença das pescadoras em 14 dos 23 conflitos mostra a importância da relação entre o trabalho dessas mulheres e os ambientes aquáticos. A contaminação ou a degradação de rios, manguezais e áreas costeiras pode comprometer suas atividades produtivas e a obtenção de alimentos. Esse resultado está relacionado ao que outros estudos apontam sobre a pouca visibilidade do trabalho feminino na pesca arte-

sanal, frequentemente considerado uma ajuda ao trabalho dos homens, mesmo quando constitui uma importante fonte de renda para as famílias [3].

A análise qualitativa permitiu identificar diferentes formas de liderança. Edilene Payayá atua em organizações indígenas e no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, contribuindo para a proteção das nascentes. A Pajé Angohó Ha-ha-hãe apresentou reivindicações às instituições públicas após o rompimento da barragem de Brumadinho. As mulheres Wai Wai criaram departamentos próprios em suas associações para ampliar sua participação na defesa do território e de seus direitos.

Entre as pescadoras, Ana Paula Santos atua como pesquisadora comunitária e representante de uma rede de mulheres pescadoras. Rita da Cássia participou da organização de mulheres e da articulação com outras entidades para defender a permanência da comunidade em seu território. Eliane Marques contribuiu para a elaboração da Carta das Mulheres do Cerrado, documento coletivo que denuncia problemas ambientais e reivindica acesso à água em condições adequadas.

Os casos mostram que as principais estratégias de resistência incluem a organização comunitária, a formação de redes, a participação em associações e comitês, o encaminhamento de reivindicações às instituições públicas e a elaboração de documentos coletivos. Nos conflitos relacionados às barragens, os resultados também se aproximam de estudos que mostram como as mulheres transformam as perdas materiais e sociais em mobilização e luta por direitos [4]. Dessa maneira, sua atuação ultrapassa a condição de população afetada e revela seu protagonismo na defesa da água, dos territórios e das comunidades.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa mostrou que as mulheres desempenham um papel ativo na resistência aos conflitos ambientais relacionados à água no Brasil. Entre os casos analisados, as pescadoras foram o grupo mais frequente, seguidas pelas mulheres indígenas. Também foi observada a sobreposição entre as categorias, especialmente em conflitos provocados por grandes obras hídricas. Isso significa que uma mesma mulher pode ser afetada por sua condição de mulher, indígena, pescadora ou moradora de um território atingido por barragens.

A análise das seis experiências de liderança revelou diferentes formas de atuação. As mulheres participam de associações e comitês, formam redes, organizam suas comunidades, encaminham reivindicações às instituições públicas e produzem documentos coleti-

vos. Essas ações procuram dar visibilidade aos problemas enfrentados, defender o acesso à água e proteger os territórios e os modos de vida das comunidades.

Os resultados também indicam que o trabalho e a liderança dessas mulheres nem sempre são reconhecidos. Além de sofrerem os impactos da contaminação das águas, da perda de áreas de pesca e das alterações nos territórios, elas precisam conquistar espaços de participação nos processos de decisão e reparação.

Como a pesquisa se baseou nos casos registrados no Mapa de Conflitos da Fiocruz e em outras fontes documentais, seus resultados não representam todos os conflitos hídricos existentes no Brasil. Também não foram realizadas entrevistas com as lideranças estudadas. Apesar desses limites, o trabalho contribui para dar visibilidade à atuação das mulheres indígenas, pescadoras e atingidas por barragens na defesa da água e de suas comunidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa PIBIC-EM, à PUC-Campinas e ao Colégio de Aplicação PIO XII pela oportunidade de desenvolver o projeto de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS

- [1] FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. 2026. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: jul. 2026.
- [2] KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67–75.
- [3] MARTÍNEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni (org.). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019.
- [4] SILVA, Ana Maria; LEITE, Maria Vanuza Santos; BEZERRA, Simone Trindade Fernandes. **Entre o luto e a luta: uma revisão integrativa da história de mulheres atingidas por barragens**. In: VII SEDRES – Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: pontes entre a região, o Estado e o cotidiano, 7., 2024, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UDESC, 2024. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/viisedres/trabalho/401393>. Acesso em: 18 jul. 2026.